democrático a partir de 1985. A Constituição de 1988. Partidos políticos e eleições. Transformações econômicas. Impactos da globalização. Mudanças sociais. Manifestações culturais. Evolução da política externa. Mercosul. O Brasil na ONU.

Prova de 2011

QUESTÃO 1

Desenvolva análise comparativa do processo de definição das fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa e com a Guiana Inglesa.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

GUSTAVO GUELFI DE FREITAS (30/30)

O processo de definição das fronteiras brasileiras com a Guiana Francesa e com a Guiana Inglesa está inserido em um contexto de pressões de grandes potências e expansão territorial e, no caso brasileiro, acesso ao território amazônico. Apesar de haver diferenças quanto a característica geral das arbitragens que definiram as fronteiras nos dois casos em tela, com a questão do território do Amapá e a definição do rio Oiapoque tendo caráter mais geográfico e a questão do Pirara envolvendo questões mais jurídicas, em ambos os casos a atuação dos diferentes governos desde a Coroa portuguesa foi determinante para fazer frente à ameaça imperialista de expansão territorial que teve seu ápice entre o final do século XIX e início do século XX.

A história das disputas entre Portugal e França por territórios na América tem início ainda no século XVI, quando da implantação da França Antártica na atual região do Rio de Janeiro. Posteriormente, as tentativas francesas de estabelecer a França Equinocial e a fundação de São Luis, no contexto da União Ibérica, tornam clara a fragilidade da ocupação luso-espanhola na região amazonica, sobretudo no território do Cabo Norte, atual Amapá, e pertencente à Espanha desde Tordesilhas. Nesse contexto de insegurança territorial que marca a América portuguesa durante a União Ibérica, como demonstram as invasões holandesas no nordeste, a concessão do Cabo Norte a súditos portugueses, que se instalam na região em torno do forte de Macapá e passam a chamá-la Feliz Lusitania, por parte da Coroa espanhola será o marco juridico fundamental para justificar a ocupação portuguesa na região após o fim da União Ibérica, assim como viabiliza a ocupação do território ão norte da foz do Amazonas, uma vez que a Coroa espanhola não tinha interesse na região e tinha dificuldades geográficas de estender sua presença para além dos Andes.

Durante o século XVIII e XIX persistiam tentativas francesas de expandir sua presença a partir de Caiena para chegar ão Vale Amazônico. Apesar do sucesso militar em ocupar territórios portugueses no Cabo Norte, Utrecht 1713, tratado assinado na cidade do mesmo nome na Holanda por ocasião do final das disputas em torno da sucessão do trono espanhol, beneficia Portugal aliado ingleses que consegue um importante vitória diplomática frente a França com relação ao reconhecimento do rio Oiapoque ou Vicente Pinzón como fronteira entre os dois Estados. Durante o Império, tais disputas continuavam desde o período regencial, na Regência Feijó, quando o Império precisa instrumentalizar as rivalidades entre Inglaterra e França para conter a ofensiva francesa ao sul do rio Oiapoque.

A missão Uruguai, na década de 1850, introduz um elemento novo na disputa com a proposta do Império de definir a fronteira norte ao sul do rio Oiapoque, proposta essa rejeitada por Napoleão III.

A questão da Guiana Francesa tem novos desdobramentos em 1894, por ocasião da descoberta de ouro na região e do contexto de expansão imperialista pós Congresso de Berlim (1885), alarmando a diplomacia brasileira da jovem república. Após incidentes militares na região, entre eles ataques militares franceses a povoados e a civis desarmados, a negociação difinitiva da fronteira com a França torna-se uma questão de segurança nacional para conter eventual expansão militar francesa até o Vale Amazônico e Macapá. O chanceler Carlos de Carvalho inicia o processo de negociação do contrato de arbitragem com a França para a definição do rio Japoc e da fronteira interior do território. Rio Branco é nomeado advogado brasileiro na disputa, que terá Vidal de la Blache como advogado francês e será arbitrado pelo presidente da Confederação Suíça. Com base em Utrecht 1713 e na ocupação do território, e apesar de tratados assinados por D. João VI no contexto das Guerras Napoleonicas e denunciados em 1808 e da Missão Uruguai a Paris, na década de 1850, Rio Branco tem sucesso em demonstrar que o rio Oiapoque não era, como argumentava a França, o rio Amazonas. Novamente, a atuação do governo brasileiro é fundamental para definir a questão territorial do Pais, sobretudo na região Norte.

A questão do Pirara, com a Inglaterra, tem histórico menos dramático que as investidas francesas na região do Cabo Norte. Aliado fundamental para Portugal, a disputa territorial acerca do Pirara é relativamente congelada desde a assinatura de um modus vivendi que posterga a definição da ocupação do território demandado pelas duas nacões após incurssões de exploradores inglesses no território Amazônico no início do século XIX. A presença inglesa, no entanto, assim como a presença holandesa e francesa na região, preocupam o governo brasileiro por conta da dinamica de rivalidade imperialista que era replicada no norte da América do Sul. Se por um lado era possível instrumentalizar tal rivalidade para conter avanços de uma dessas potências, como no caso de Utrecht 1713 e posteriormente da ameaça francesa na Regência, a força militar dessas potências era vista sempre como uma ameaça e teria profundo impacto na formulação da política platina do Barão do Rio Branco.

Tal presença é fundamentada pelo resultado do lado arbitral da questão do Pirara. Processo sobretudo de caráter juridico, diferente das questões arbitrais de Palmas e da Guiana Francesa, onde o fator geográfico era preponderante, a discussão em torno da questão da Guiana Inglesa envolvia principios jurídicos de ocupação e questões envolvendo definicões de fronteiras naturais como forma de demarcação de fronteiras. O arbitramento tem lugar após recusa brasileira de definir a região igualmente, conforme proposta inglesa. Da mesma maneira que com a Franca, por se tratar de uma grande potência, o Brasil opta pela arbitragem frente a relativa falta de recursos de poder e Nabuco é nomeado advogado brasileiro na causa. O resultado, porém, surpreende a chancelaria brasileira e corrobora a tese de Rio Branco e Nabuco acerca da ameaça imperialista como fator real de preocupação. Victor Emanuel III, árbitro do processo, invoca o princípio da ocupação efetiva, consagrado em Berlim (1885), como fator determinante em sua decisão, fato que, no limite, poderia colocar sob ameaça grande parte do território nacional na Região Norte.

Dessa maneira, apesar de históricos distintos, é possivel apontar elementos comuns nas duas questões, como a constante ameaça imperialista que paraiva sobre tais fronteiras, a atuação decidida e consciente dos diferentes governos para ocupar e defender o território norte e a preocupação em definir fronteiras. Além disso, tanto a questão da Guiana Francesa quanto a do Pirara, em 1905, foram fundamentais para consolidar o afastamento brasileiro da área de influencia política européia e instrumentalizar a amizade dos Estados Unidos como forma de se proteger do risco imperialista, característico do final do século XIX.

QUESTÃO 2

Redija texto dissertativo a respeito das iniciativas que caracterizaram a Política Externa Independente (1961-1964) no âmbito da descolonização afro-asiática, do descongelamento do poder mundial e do discurso desenvolvimentista. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

► participação do Brasil no processo de descolonização africana naquele momento histórico;

► ideias de Araújo Castro acerca da ordem global;

► relação entre a Política Externa Independente e a formação de conceitos brasileiros de relações internacionais.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

JOÃO GUILHERME FERNANDES MARANHÃO (28/30)

A Política Externa Independente, inaugurada na gestão Jânio Quadros-Afonso Arinos de Melo Franco, foi um momento de inflexão na história da política externa brasileira. Ainda que o período 1963-1964 tenha sido marcado pela presença de cinco ministros no Ministério das Relações Exteriores (sem contar a recondução de Afonso Arinos), trata-se de uma "unidade histórica" no dizer de Paulo F. Visentini. Conforme as observações do ministro San Thiago Dantas, a PEI tinha em vista engendrar uma política externa autônoma em face do conflito Leste-Oeste, sem adesão a blocos ou mesmo ao neutralismo dos não-alinhados. Nesse contexto, merecem destaque o nascimento da política africanista, as ideias de Araújo Castro e os principais conceitos inaugurados pela PEI.

A política africanista do Brasil foi inaugurada pela PEI, segundo alguns autores. De fato, deve-se lembrar que, no governo JK, o Brasil negligenciou a opção africana, como asseveraram Bezerra de Menezes e Osvaldo Aranha. É certo que JK manifestou, no plano retórico, o repúdio ao "apartheid" e ao Massacre de Sharpeville. Ocorre que tal retórica não se traduziu em condenação às potências colonialistas na ONU. Nesse aspecto, a PEI inovará em termos relativos. Com efeito, a Política Externa Independente apresentava uma política ambígua frente à África. Se, por um lado, em 1962, o Brasil votou favoravelmente à Resolução 1742 na Assembleia Geral da ONU, demandando, assim, a criação de instituições livres em Angola, por outro, nesse mesmo ano, absteve-se na votação das resoluções 1807 e 1808, que condenavam Portugal nos termos da Carta da ONU. Daí por que José Flávio Sombra Saraiva dirá que o Brasil sustentava veementemente a descolonização da África Negra, mas tinha uma "política de ziguezague" em relação às colônias portuguesas. Quais seriam as razões para tanto?

Em primeiro lugar, há que se lembrar das relações de amizade e proximidade com Portugal, sempre a exigir a observância do Acordo de Amizade e Cooperação de 1953. No que tange especificamente à África do Sul, embora não fosse colônia de Portugal, era a principal parceira econômica do Brasil na África naquele período (contribuindo, em média, com 50% das transações comerciais com todo o continente africano). Tais aspectos explicam, em boa parte, a ambiguidade da PEI no que diz respeito à descolonização, sempre sustentada no plano do discurso, mas não linear na prática.

Podem-se perquirir ainda as razões da retórica da descolonização durante o período da PEI. Segundo San Thiago Dantas, essa defesa da autonomia dos países africanos deve-se a um fator de ordem moral e principiológica (a autodeterminação dos povos) e a um objetivo pragmático, que era o aumento das trocas comerciais com a África. Nesse último aspecto, o colonialismo prejudicava as transações econômicas com os países africanos, já que as colônias tinham privilégios alfandegários junto a suas metrópoles e tinham produção parcialmente concorrente com a brasileira.

A descolonização permaneceu como princípio norteador da PEI durante todo o período. Araújo Castro, na XVIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, proferirá seu famoso discurso "dos três Ds": descolonização, desarmamento e desenvolvimento. Desses três elementos, aquele que sumaria as ideias de Araújo Castro é o desenvolvimento. De fato, para esse chanceler, o desarmamento liberaria recursos econômicos para os projetos de desenvolvimento no Terceiro Mundo e a descolonização levaria ao fortalecimento do pleito dos países em desenvolvimento. Tal pleito ressaltava a assimetria Norte-Sul existente no mundo, ainda que a divisão ideológica da Guerra Fria levasse a que se enfatizasse a divisão Leste-Oeste. Da perspectiva de Araújo Castro, o Brasil poderia servir de ponte entre os universos Norte-Sul, justamente por não se alinhar a blocos, tomando o cuidado de participar apenas como observador do Movimento dos Não-Alinhados. Nesse contexto, pode-se mesmo ousar dizer que a atual defesa de uma ordem global mais democrática guarda profunda relação com as ideias de Araújo Castro, o qual, ademais, conferiu um maior "status" ao aspecto social da PEI, voltado ao desenvolvimento.

De fato, a PEI foi fundamental para traçar uma linha de continuidade na política externa brasileira. Princípios como a autodeterminação dos povos, não-intervenção em assuntos internos de outros Estados, defesa da paz, defesa do desarmamento e mesmo a desideologização da política externa, voltada à atuação autônoma e global, perduraram no tempo. Durante a PEI, tais conceitos foram colocados em prática de várias formas. As missões comerciais ao Leste Europeu e à União Soviética em 1962 marcam a afirmação do globalismo, assim como a manifestação de "profunda apreensão" por parte de Jânio Quadros após a invasão da Baía dos Porcos. A nomeação do primeiro embaixador negro (Raimundo de Souza Dantas) e a visita à África de Afonso Arinos simbolizam a defesa da descolonização e da autodeterminação dos povos, ainda que a ambiguidade tenha marcado certas atitudes brasileiras. A defesa do desarmamento gradual no mundo remete ao princípio da promoção da paz.

Todos os conceitos citados marcaram presença na atuação internacional brasileira a partir do governo Costa e Silva. Anteriormente, o governo Castelo Branco, com sua defesa da teoria dos círculos concêntricos e combate ao comunismo será um "passo fora da cadência" (Amado Cervo). Posteriormente, durante o governo Collor e o primeiro governo FHC, posturas neoliberais contrastariam com uma "diplomacia voltada ao desenvolvimento", inaugurada com Vargas e consolidada com a PEI. Exemplo de tal continuidade geral que aqui se defende é a política africanista, cujas bases são estabelecidas pela PEI. Durante o Regime Militar (1964-1985), a política africanista vai se consolidando na prática. Após o "périplo africano" de Mário Gibson Barbosa (1972), em 1973, o Brasil já dá mostras de que as relações com Portugal não mais impediriam o ataque ao argumento das "províncias ultramarinas". No que tange às assimetrias Norte-Sul e à defesa do desenvolvimento e do globalismo, basta citar que durante todo o Regime Militar as relações com a URSS foram mantidas, e a defesa de regras de comércio mais justas para os países em desenvolvimento é ainda hoje parte da agenda diplomática do Brasil.

A PEI inaugurou um longo período de tradição da diplomacia brasileira. Se não logrou completo êxito em seu tempo, talvez as condições impostas pelo período de Guerra Fria possam indicar certas restrições. A historiografia recente aponta para certas contradições entre o plano retórico e a prática, como no caso da política africanista. Há que se admitir, porém, que a PEI lançou as bases principiológicas da diplomacia brasileira, que, mais tarde, ganharam plena defesa e aplicação.

QUESTÃO 3

Disserte sobre a importância da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para a política externa brasileira na década de 50 do século XX.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

RAMON LIMEIRA CAVALCANTI DE ARRUDA (17/20)

O retorno de Getúlio Vargas ao poder, no início da década de 1950, ocorreu em momento de relativa frustração com as expectativas vinculadas a um relacionamento privilegiado com os Estados Unidos. As contrapartidas esperadas pelo Brasil, em conseqüência do apoio incondicional aos Estados Unidos, na segunda metade da década anterior, não ocorreram. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos constituiu uma tentativa norte-americana de atendimento dessas expectativas e, embora não fosse exatamente o que se esperava, legou avanços importantes para o planejamento do desenvolvimento nacional.

O governo de Getúlio Vargas, em virtude da inserção brasileira no continente americano e do acirramento das tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética, não pôde recorrer à barganha que lograra, antes da II Guerra Mundial, com a mesma efetividade. A aproximação aos Estados Unidos durante o conflito mundial e a influência ideológica estadunidense sobre setores sociais relevantes internamente, como as Forças Armadas, limitava a ação externa do Brasil.

Os financiamentos públicos norte-americanos para o desenvolvimento do país, nos moldes do auxílio oferecido à Europa ocidental e ao Japão, não foram concedidos. Em compensação, os estadunidenses condicionaram a concessão de créditos pelo Eximbank à elaboração de um diagnóstico da economia brasileira, o que ficou sob a responsabilidade da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), adrede constituída. Os estudos da CMBEU deveriam identificar as vocações da economia nacional e fundamentar a concessão de créditos e a realização de investimentos do setor privado.

A cooperação consubstanciada nos trabalhos da CMBEU consiste em uma conquista da política externa brasileira e contribuiu para a formação de quadros nacionais em aspectos relacionados ao desenvolvimento do país. Apesar disso, o grupo foi extinto em poucos anos, em decorrência das tensões entre os dois países no que concerne à concessão de financiamentos e às políticas econômicas que iam de encontro às recomendações estadunidenses.

Os relatórios da CMBEU ensejaram a concessão de créditos ao Brasil pelo Eximbank e subsidiaram a formulação da política externa do país. No Governo de Juscelino Kubitschek, foi enviado aos Estados Unidos memorial de que constavam as diretrizes da política externa brasileira, influenciadas pelos documentos produzidos pela comissão mista. A extinção da cooperação, entretanto, aconteceu nesse mesmo governo. A Operação Pan-Americana, com sua defesa da necessidade de promoção do desenvolvimento do continente como forma de contenção das ditas ideias exógenas ao sistema americano, ecoa as contribuições brasileiras consolidadas no âmbito da experiência da CMBEU.

A constituição da CMBEU pode ser considerada um êxito da política externa brasileira da década de 1950, em contexto de limitação das possibilidades de sua ação em virtude da Guerra Fria. Marcou uma aproximação bilateral entre Brasil e Estados Unidos e,

por meio da cooperação, contribuiu para o amadurecimento técnico de quadros da burocracia nacional e para as formulações desenvolvimentistas brasileiras.

QUESTÃO 4

Ao assumir a Presidência da República, em abril de 1964, o Marechal Castelo Branco alterou os rumos da ação do Brasil no plano internacional. Caracterize as rupturas verificadas nas relações do Brasil com a Argentina, em decorrência da política externa brasileira adotada no primeiro governo do regime militar.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

GUSTAVO CUNHA MACHALA (10/20)

O governo de Castelo Branco, que assume após o golpe que depôs João Goulart, reorganiza as bases de orientação da política externa brasileira, que vinha caminhando no sentido da universalização, autonomia e pragmatismo, colocando-a novamente num eixo de alinhamento automático com os Estados Unidos. Esse "passo fora da cadência" coloca o Brasil em situação de atrito com a Argentina, que no contexto da bipolaridade do cenário internacional vinha esboçando e defendendo uma espécie de "terceira via", nem neutraliza nem terceiro mundiça.

O afastamento claro de Castelo Branco dos princípios da Política Externa Independente (PEI) traz consequências diretas para a ação brasileira. Primeiro, o país volta a acompanhar as decisões norte-americanas nos principais órgãos multilaterais, incluindo a Organização dos Estados Americanos (OEA). Como uma forma de "demonstração de apreço", o Brasil rompe com Cuba ainda em 1964 (laço que só seria retomado nos anos 1980) e distancia-se das configurações e agrupamentos que pregavam uma nova ordem internacional. Ao fazê-lo, o Brasil criava dificuldades para a ampliação das relações bilaterais com a Argentina, que procurava sustentar seu desenvolvimento e crescimento (nesse período superior ao brasileiro, com taxas e indicadores de qualidade de vida bem superiores aos brasileiros) por meio de estratégia alternativa de inserção internacional.

A dificuldade do diálogo irá exacerbar a histórica rivalidade entre os dois grandes da América do Sul, em um período em que ambos os países (com vantagem grande para a Argentina) começam a dar passos no sentido de dominar os conhecimentos e as tecnologias necessárias para a utilização pacífica (possível e temivelmente militar) da energia nuclear. Outros aspecto de tensionamento, afetado pela dificuldade de diálogo, dirá respeito ao aproveitamento dos rios internacionais, ou comuns, para fins de geração energia ou outros. Esse debate estender-se-á para a década de 1970, sendo sua resolução — com a assinatura do Convênio Itaipú-Corpus — o passo inicial no distencionamento entre as duas nações.

A tentativa brasileira, na esteira da mudança de rumos da política externa implementada por Castelo, de estabelecer laços prioritários e estratégicos com os Estados Unidos também será mal vista pelos argentinos, uma vez que se temia a ação subimperialista brasileira, que poderia vir a atuar como "xerife" norte-americano na América

do Sul, o que não interessava à Argentina.

Mesmo as questões de aproximação comercial, com liberalização tarifária, como previa o Tratado de Montevidéu 1960 (que criou a Associação Latino Americana de Livre Comércio) não tiveram encaminhamento satisfatório, uma vez que o Brasil rejeitava a aproximação sub-regional em favor de relações mais favoráveis com o gigante norte-americano, já na década de 1960, o maior parceiro comercial brasileiro, além de principal fornecedor de crédito ao Brasil. Só na década de 1980, em meio a grandes crises e ato endividamento, com o processo de redemocratização, tanto argentino como brasileiro, é que os dois países vão procurar aproximar-se comercialmente, dessa vez no âmbito do Tratado de Montevidéu 1980 (criador da ALADI).

Embora o realinhamento brasileiro com os EUA e o abandono das bases e conceitos da PEI tenham sido breves (1964-1967), suas conseqüências para o relacionamento Brasil-Argentina foram de grande monta, uma vez que o distanciamento e a dificuldade de diálogo permaneceriam por cerca de 20 anos, sendo apenas retomado efetivamente com o histórico encontro Sarney-Alfonsín em 1985.

* * *

HISTÓRIA MUNDIAL (Prova Objetiva)

Programa (Primeira Fase): 1 Estruturas e idéias econômicas. Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o “New Deal”. A prosperidade no segundo pós-guerra. O “Welfare State” e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível. 2 Revoluções. As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e “Trade Unions”. Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba. 3 As Relações Internacionais.Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A “teoria dos dois campos” e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A “détente”. A “segunda Guerra Fria” (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético. 4 Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação. O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo. 5 A evolução política e econômica nas Américas. A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas. 6 Idéias e regimes políticos. Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e